

# INSTRUÇÃO NAS MINAS GERAIS DOS SÉCULO XVIII O SEMINÁRIO DE MARIANA

Barbara FADEL

No século XVIII, a criação de um seminário representava um ato de coragem e ousadia por parte dos bispos, uma vez que não gozavam de independência financeira e administrativa. Do rei dependia a dotação de verbas para a manutenção e administração da casa de formação do clero. Até mesmo a construção dos edifícios que abrigariam a instituição era demorada, pois as dificuldades encontradas para a obtenção dos recursos retardava o andamento do trabalho. Esta dependência gerou conflitos que acabaram por impedir a evolução pacífica do próprio seminário.

O Papa Bento XIV, homem de visão, enquadrado no espírito progressista da época, foi um vivificador de idéias, um educador que incentivou e protegeu a pesquisa, fundou academias científicas e defendeu um programa de ensino embasado no uso da razão e na visão prática e racionalista<sup>1</sup>. Sua preocupação com a promoção das ciências transparece nos documentos pontificais onde, além de confirmar bispos brasileiros nas dioceses de Minas Gerais e de São Paulo, insistia com os respectivos bispos para que se empenhassem na fundação de seminários em suas dioceses<sup>2</sup>. Seguindo essa orientação, em 20 de dezembro de 1750, coube a Dom Frei Manuel da Cruz a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade episcopal de Mariana, tendo como objetivo a formação de um clero apto a exercer suas funções junto à sociedade mineira.

Conforme relata Diogo de Vasconcelos, a fundação do Seminário foi o maior serviço de D. Frei Manuel da Cruz, e o primeiro estabelecimento de ensino "público" em Minas. Por ele passaram homens notáveis que se destacaram, tanto nas

(1) Carrato, J. F. - **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**, 104-105. São Paulo, Editora Nacional/EDUSP, 1968. Col. "Brasiliana", v. 334).

(2) Bento XIV - **Moto próprio Candor lucis aeternae**, de 15-12-1745, dirigida a D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana e também a D. Bernardo Nogueira, primeiro bispo de São Paulo. In Trindade, R. - **Arquidiocese de Mariana**, 74-75. 2ª edição, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953

funções eclesiásticas, quanto nas políticas<sup>3</sup>. O seminário atendeu assim os desejos do Papa quanto à formação do clero nativo e aos anseios da população, que reclamava da falta de escolas para seus filhos, até então entregues a ocasionais aulas domésticas e paroquiais. Outra opção encontrada pelas famílias de maiores recursos era a de remeter seus filhos para estudar no Rio de Janeiro e na Bahia, arcando com grandes despesas.

Encontram-se registros das primeiras preocupações com o ensino público ou com a educação dos jovens brasileiros na correspondência trocada entre D. João V e o governador da Capitânia de Minas Gerais, em 22 de março de 1721. Nela, D. João V relata que está informado de que "há muitos rapazes que se criam sem doutrina alguma e que, por serem ilegítimos, não recebem os cuidados necessários dos pais não sendo as mães capazes de lhes darem educação"<sup>4</sup>. Solicita que os oficiais de cada vila providenciem para que em cada uma "tenha um mestre que ensine a ler, escrever e contar, que ensine latim, e os pais mandem os filhos a estas escolas"<sup>5</sup>.

O Seminário de Mariana, construído às expensas de mineiros ricos, formou seu patrimônio com terras e escravos que lhe foram doados<sup>6</sup>. A esses bens juntavam-se subvenções que foram utilizadas para o pagamento de professores, custeio da terra e escravos. Com a diminuição da riqueza dos mineradores, os recursos foram se escasseando, dificultando a reposição de escravos, bem como a conservação das terras<sup>7</sup>.

A correspondência de D. Frei Manuel ao Padre Geral, entretanto, revela seu empenho no sentido de viabilizar o funcionamento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte<sup>8</sup>. Solicita a vinda de jesuítas com vistas à sua organização e orientação e requer a presença de seu sobrinho por via paterna, o padre José Nogueira, da Companhia de Jesus, o qual, além da assistência diuturna, deveria também ser responsável pelo curso de Filosofia e pela direção do Seminário. Sua

(3) Vasconcelos, Diogo - **História da civilização mineira**, Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1934.

(4) Carvalho, Feu de - "Instrução pública: primeiras aulas e escolas de Minas Gerais, 1721-1860". Rev. do Arq. Publ. Mineiro, ano 24, p. 347. Belo Horizonte, 1933.

(5) - Idem, *ibidem*, 1933.

(6) - "O ricaoço local, minerador e agricultor José de Torres Quintanilha faz doação de quase todos os seus bens para a fundação do seminário...", Carrato, obra citada, 106; v. também Trindade, R. - **Breve notícia dos seminários de Mariana, Arquidiocese de Mariana**, 1953.

(7) Saint-Hilaire, A. de - **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, vol. 1, p. 151. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo, Editora Nacional, 1938 (Col. "Brasíliana", v. 126).

(8) Trindade, Raymndo - **Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história**, v. 1, p. 127. 2ª ed., Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953, V. também **Breve**, p. 12.

presença é confirmada pela correspondência de D. Frei Manuel ao Padre Geral, em Roma, datada de 28 de fevereiro de 1749, para solicitar a confirmação de sua indicação. Na carta, D. Frei Manuel diz que o padre José Nogueira residia no palácio do Bispo e era professor de Filosofia.

Revelam, portanto, tais informações, a existência de escolas de ler, escrever e contar, com mestre-escola nomeado pela Câmara de vereadores, conforme solicitação de D. João V, em 1721. Embora tendo assumido tais funções, a passagem do referido padre pelo Seminário foi curta. Chegou em fins de 1748 e partiu em 31 de janeiro de 1758, pois recebeu ordens expressas para retornar imediatamente para o Rio de Janeiro, de onde viera<sup>9</sup>. Após esse período, o estabelecimento passou por dificuldades várias, tendo ficado muitas vezes sob a administração do Cabido em sé vaga<sup>10</sup>.

Apesar de todo o seu empenho e organização, somente em 18 de novembro de 1760 é que Dom Frei Manoel da Cruz faz vigir os Estatutos para "o regime espiritual e literário do Seminário"<sup>11</sup>, onde prescrevia desde os horários em que os jovens deveriam se dedicar às orações de despertar, de tomar as refeições e de se recolher aos cubículos, até a obrigatoriedade de assistir diariamente à missa e de comungar todos os meses. Insistia também no fato de que, para se tornarem homens ilustrados e aptos para a pregação e a catequese, deveriam cumprir rigorosamente os horários de estudos em seus cubículos, além da frequência às classes de aula - de oito às dez e das quinze às dezoito horas, sem deixar de estabelecer também o horário de estudo nos suetos e nos dias de férias<sup>12</sup>.

Percebe-se, nos diversos capítulos dos Estatutos, uma preocupação constante com a disciplina pessoal e institucional, tendo em vista que assegura, de

(9) Sobre a participação do Padre José Nogueira no Seminário de Mariana e a expulsão dos jesuítas da diocese, v. Trindade, **Arquidiocese...**, 129. Boschi, Caio C. - "A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais", em "Estudos Históricos", v. 4, n. 7, p. 102, Rio de Janeiro, 1991. Carrato, obra cit., 107. O Cônego R. Trindade, em sua **Breve história dos seminários de Mariana**, p. 19, afirma que a Companhia de Jesus chegou a estabelecer uma residência em Mariana, em fins de 1756 até 1758, tendo como superior o pe. Manuel Tavares e seu "socius" o irmão João de Moraes.

(10) Camello, M. J. de O. - **Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX**, p. 163. São Paulo, USP, Departamento de História, 1986 (Tese de doutorado).

(11) Os Estatutos de Dom Frei Manuel foram escritos em 1760, um ano após D. José I ter assinado o alvará (28-6-1759) de proscricção de todas as escolas jesuíticas e da reforma do ensino das humanidades no Reino. Cf. Carrato, obra cit. 128. Em janeiro de 1821, Dom Frei José da Santíssima Trindade reabre o Seminário e põe em vigor o novo estatuto, menos preso às leis portuguesas e de cunho mais ilustrado e liberal. Cf. Camello, obr. cit., 166. O estatuto de Dom Frei José foi publicado por Trindadem em suas obras **Arquidiocese...**, 788-807 e **Breve...**, 24.

(12) Carrato, obr. cit., 107-109.

um lado, o rigor e a severidade que se pretendia inculcar à formação do novo clero e, de outro, contribui para a edificação moral, espiritual e para a melhoria dos costumes.

Assim, o seminarista era proibido de sair do seminário, pois o bispo acreditava que o isolamento do mundo era um dos meios poderosos para a sua formação. Ele só poderia ir à cidade após autorização do reitor, se este julgasse necessário. Nesse caso, para acompanhá-lo, era indicado algum padre mestre ou, no impedimento desses, o reitor nomearia um companheiro<sup>13</sup>. Também estavam proibidos de freqüentarem os cubículos uns dos outros, receber neles pessoas de fora, entrarem na despensa, na cozinha e no refeitório, exceto nas horas de refeição<sup>14</sup>.

A constituição do clero na gestão do bispo D. Frei Manuel recebeu uma orientação predominantemente profissional, com ênfase ao aspecto da ação pastoral, conseguida pela demonstração vocacional e pela prática das principais virtudes do estado clerical, como a castidade, a piedade, a caridade para com o próximo, o zelo do altar, a cultura religiosa e o desapego pelos bens terrenos<sup>15</sup>.

A sociedade mineira desenvolveu-se com características peculiares, que a diferenciavam de todas as outras regiões do Brasil, e por isso faz-se necessário saber o que era transmitido na instituição responsável pela formação do clero. A época em questão corresponde ao período das luzes, em que a cultura se relacionava com a política - propiciando aos governantes "de mais luzes" supremacia frente aos menos ilustrados - e a instrução se relacionava com a ordem política interna, na medida em que as artes e indústrias, estabelecendo as relações naturais da sociedade e a boa ordem civil, dando esplendor e sustento aos impérios<sup>16</sup>. Portanto, o fato de a sociedade mineira retratar as normas e os valores dessa realidade política, influiu nas suas relações com a instrução.

Assim, por exemplo, a criação e a instalação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte seguiu a orientação do Concílio de Trento que definia o seminário como "viveiro de plantas", local onde havia de germinar, crescer e florir a delicada planta da vocação sacerdotal, no estudo e na piedade, traçando um perfil de padre antes dele ser contaminado pelo mundo. Em Mariana, os alunos do primeiro período do Seminário, seguiam orientação similar às oferecidas nos colégios da Companhia de Jesus; recebiam uma vasta informação cultural, humanística e literária que iria refletir na sua atuação profissional<sup>17</sup>. Prova disto foi registrada pelo

(12) Carrato, obr. cit., 107-109.

(13) Estatuto 9 do Seminário de N. S. da Boa Morte, em Trindade, Breve, p. 26.

(14) Estatuto 8, idem, ibidem, p. 26.

(15) Carrato, obr. cit., 111.

(16) Silva, M. Beatriz Nizza da - **Cultura no Brasil colônia**, 82. Petrópolis, Vozes, 82 (História Brasileira, 6).

(17) Trindade, Breve..., 12.

viajante Saint-Hilaire ao salientar que "os homens educados e com certa instrução que habitavam os campos de Sabará e Villa Rica passaram pelo Seminário de Mariana"<sup>18</sup>.

Estavam em vigor as normas das "Constituições do Arcebispado da Bahia" que, sem falar em Seminário, prescreviam os estudos, os costumes e os exames dos candidatos às ordens<sup>19</sup> (ver item 3.1, quadro 6). Os que recebiam as "Ordens Menores" ou "primeira tonsura"<sup>20</sup> deveriam saber ler e escrever, ter estudado Latim (com suficiência), a Doutrina Cristã e ser capazes de curar almas ou confessar. Para receber a "Ordem de Subdiácono"<sup>21</sup>, o candidato deveria ser examinado em relação aos "mistérios de nossa Fé", da Doutrina Cristã, dos Sacramentos e censuras Eclesiásticas, e, ainda, em Latim, Moral, Reza e Canto. Para a "Ordem de Diácono"<sup>22</sup>, deveriam ser examinados em Latim, Casos de Consciência, Reza e Canto.

Para receber a maior das quatro ordens - a "Ordem do Sacerdócio" -, o ordinando era submetido a um rigoroso exame em Latim, Moral e Casos de Consciência e de cousas para o ofício de pároco, em Reza e em Canto, e, por fim, depois de ter recebido a Ordem, seria observado em Cerimônias, para se lhe dar licença de dizer missa nova<sup>23</sup>. A banca examinadora era composta por três "pessoas de autoridade, letras, experiência e inteireza", escolhidas diretamente pelo Arcebispo<sup>24</sup>.

O Estatuto do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1760, segue as normas da Reforma dos Estudos menores de 1750, ou seja, das "Instruções para os professores ordenados e mandadas publicar por El-Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas em seus Reinos e Domínios"<sup>25</sup>. A reforma dos estudos prescrevia aos clérigos dos seminários que estudassem a Sagrada Escritura, os Dogmas, a Disciplina Moral e Evangélica, a Liturgia, a Catequese, a História Eclesiástica, os Lugares Teológicos e as Instituições Canônicas<sup>26</sup>.

(18) Saint-Hilaire, obr. cit., 151.

(19) Vide, Sebastião Monteiro da - **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, Typ. de Antônio Louzada Antunes, 1853.

(20) Id. ibid., Título L.

(21) Id. ibid., Título LI, nº 215.

(22) Id. ibid., Título LI, nº 216.

(23) Id. ibid., Título LI, nº 217.

(24) Id. ibid. Título LII, nº 219.

(25) Andrade, A. A. Banha de - **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**, 109. São Paulo, Saraiva, 1978. Ver também Estatutos do Seminário de N. S. da Boa Morte, nº 3.

(26) Carrato, obr. cit., 105-106.

Constavam do currículo do Seminário disciplinas como Gramática, Filosofia e Teologia moral<sup>27</sup>. Ensinava-se, assim, de forma simplificada, Teologia ou Teologia Dogmática, também conhecida como Doutrina Cristã e Mistérios de Nossa Fé, Moral ou Casos de Consciência, Reza e Liturgia, Canto e Cerimônias ou administração dos Sacramentos. Isso demonstra que a intenção do fundador do Seminário priorizava o recrutamento do seu clero, sem prejuízo do estudo público oferecido aos jovens leigos que não precisavam mais serem enviados para o Rio de Janeiro ou Bahia, e dos interessados em preparar-se para os cursos de Coimbra<sup>28</sup>.

No Seminário de Mariana era necessário "ter estudado o Latim com suficiência"<sup>29</sup> para que o candidato recebesse as Ordens Menores. O objetivo era dar condições para que o aluno compreendesse a linguagem científica, bem como servir de "ponte" entre o saber e a expressão. O estudo para os tonsurados resumia-se em interpretar, em português, textos do Catecismo Romano ou Tridentino - um dos poucos livros adotados e referidos com alguma certeza pelos estudiosos, além das Constituições, do **Rituale**, o **Breviarium** e o **Missale Romanum**<sup>30</sup>.

A prática pedagógica em vigor no Seminário requeria uma complexidade gradativa, à medida em que o aluno ia mudando de classe. Assim, quando este aluno passava a ter um bom domínio da Língua Latina, começava a estudar Retórica. Essa disciplina oferecia-lhe condições para o "bem falar", podendo utilizar adequadamente os termos e ordenar o pensamento, facilitando, dessa forma, sua comunicação pastoral.

A Filosofia era estudada como ciência introdutória à teologia, por ser um instrumento dialético de defesa da fé e da religião. No Seminário essa disciplina era estudada em dois anos, sendo dividida em Filosofia Moral e Filosofia Racional. O texto adotado era o **Institutiones Logicae et Metaphysicae**, do jesuíta alemão Segismundo Storchenau, publicado em 1771. Em Mariana, o compêndio de Antônio Genovesi, também conhecido como Antônio Genuense, foi o manual básico para os estudos de Filosofia Racional. Na disciplina Filosofia Moral utilizava-se, principalmente, o compêndio de Collet e de outros autores clássicos<sup>31</sup>. O Canto era disciplina imprescindível para os exames da Ordem, pois estava ligado à Liturgia, sendo uma forma de louvar a Deus. Aprendiam-se as notas musicais, os compassos, composição e harmonia.

Faz-se necessário destacar a importância dos estudos comparativos dos Estatutos dos Seminários de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Olinda e de São

(27) Trindade, **Breve noticia...**, 11; **Arquidiocese...**, 766.

(28) Carrato, obr. cit., 106.

(29) Vide, S. M. da - **Constituições...**, Título I

(30) Carrato, obr. cit., 111.

(31) Trindade, **Breve...**, 34.

Paulo, que, apesar da pouca diferença de datas de implantação, receberam influência das idéias de seus respectivos períodos e da conjuntura sócio-econômica em que estavam inseridos. Entre esses estudos, salientam-se os de CARRATO, SILVA, CAMELLO e TRINDADE, já mencionados ao longo desta pesquisa, que analisaram as disciplinas ministradas nesses seminários e suas leituras básicas.

Pode-se deduzir, pelos estudos acima mencionados, que os currículos adotados no Seminário de Olinda e no de Caraça têm pontos de ligação, isto é, sofreram influências do pombalismo que pretendia introduzir e estimular o estudo das ciências experimentais, sem prejudicar os estudos das ciências jurídicas e teológicas. A Igreja católica, que durante séculos cuidou da formação da juventude, participa dessas iniciativas sobretudo após 1740, com o Papa Bento XIV, homem sábio e protetor das ciências. Pombal não se incompatibilizou com a Igreja, mas reformou o ensino das Humanidades, que era adotado também pelos Seminários.

Dentre os mestres do Seminário, Carrato destaca "os retóricos e latinistas Pe. Antonio Rodrigues Dantas, autor de uma **Sintaxe**, ainda estudada em Mariana no início deste século, e Pe. Dr. Pascoal Bernardino Lopes de Matos cujo testemunho de seu discípulo, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, louva-o como ótimo gramático e latino, excelente retórico e orador"<sup>32</sup>. Anteriormente mencionado, o jesuíta Pe. José Nogueira, nos primeiros anos, dava aulas de Teologia Moral. Nos decênios seguintes, são citados o Cônego Luís Vieira da Silva, o Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, o Dr. Francisco de Paula Meireles e, ainda, o Pe. Lopes de Matos<sup>33</sup>. A presença de professores que deixaram a Companhia de Jesus, como Pascoal B. Lopes de Matos e outros, pode suscitar dúvidas sobre a adaptação do Regimento do Seminário às normas oficiais da reforma dos estudos contida nas Instruções...

O ensino ministrado no Seminário, voltado para a formação clerical, no entanto, não consegue evitar o fluxo de estudantes rumo ao continente europeu, à procura de escola superior comprometida com as mudanças pedagógicas e científicas que ocorriam na metrópole e em outras partes da Europa ocidental.

Morais demonstra que os estudantes mineiros matriculados em Coimbra, no século XVIII, perfazem um total de 347, só superado pelos 572 baianos e 445 cariocas e fluminenses<sup>34</sup>. No ano de 1750, o número de candidatos mineiros ultrapassa os das outras regiões, mantendo-se em primeiro lugar durante todo o decênio. Esse fluxo passa a decair gradativamente a partir de 1788. Holanda

(32) Carrato, *As Minas Gerais e os primórdios do Caraca*, 111. São Paulo, Editora Nacional, 1963 ("Brasília", v. 317).

(33) Carrato, *A Igreja...*, 111 e 169.

(34) Moraes, Francisco - *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. Coimbra, 1949.

estabelece um paralelo entre a variação de matrículas de alunos procedentes de Minas Gerais na Universidade de Coimbra e as flutuações da produção aurífera da capitania<sup>35</sup>. O déficit no rendimento do quinto - 1757-1758 - coincide com a queda do número de matrículas.

As crises na produção do ouro não só repercutiram nas atividades da capitania, como também nas condições de vida dos moradores e nos recursos necessários para sustentar os estudos dos filhos ou protegidos na Europa. Nota-se, além da diminuição do fluxo de alunos, uma mudança nas opções por cursos. Até essa época, a formação acadêmica era basicamente humanista. Com a reforma pombalina, há uma tendência para os "estudos científicos", direcionando a procura para os estudos mais pragmáticos e imediatistas. De regresso à sua pátria, esses alunos procuravam estudar a geografia e explorar o potencial natural do seu território. Essa renovação estimulou o estudo das ciências experimentais, deixando em segundo plano as ciências jurídicas e teológicas<sup>36</sup>.

O novo clero, formado no Seminário de Mariana, marca uma época religiosa diferente da que até então era conhecida nas Minas, pois que estava isento de vários vícios que talharam o clero da primeira metade do século. Por isso, o mesmo encontrava-se em melhores condições de obter êxito na sua função de plasmar a alma cristã do povo mineiro. As condições acima descritas foram favorecidas à medida em que o ciclo aurífero entrava em decadência gerando, de um lado, o afastamento do clero de atividades materiais alheias a sua profissão, e de outro, um empobrecimento coletivo da Capitania.

Apesar das dificuldades, a fundação do Seminário de Mariana foi um marco importante na história da educação em Minas Gerais colonial, especialmente quanto ao seu alto nível. A obra de Dom Frei Manuel, penosamente construída, passa por inúmeras dificuldades após a sua morte chegando a ser fechado por várias vezes. Observa-se, pois, a sua decadência afetada pelas ausências dos bispos nomeados depois de Dom Frei Manuel. Vários fatores interferiram para que isto ocorresse. Nos períodos de Sé vaga, a administração do Seminário ficou a cargo de procuradores que não souberam gerir o seu patrimônio, acrescido do fato da diminuição das costumeiras contribuições da sociedade mineira, cuja séria crise financeira por que passava, acabou enfraquecendo os seus cofres. As dificuldades foram de tal monta que a instituição não teve condições de manter seus professores e o seu patrimônio. A ausência de autoridade refletiu, ainda, no campo educativo e formador daquela geração de padres.

(35) Holanda, Sérgio Buarque de - **Hist. geral da civilização brasileira**, vol. 2, 302-307. 5ª ed., São Paulo, Difel, 1982.

(36) Boschi, Caio C. - **A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais**. "Estudos Históricos", v. 4. Rio de Janeiro, 1991, pp. 106-107.

Pode ser esta a razão pelo qual o edital de Dom Frei Cipriano, de 1798, convocando para o Seminário os candidatos ao sacerdócio, precisou ser renovado por duas vezes e, mesmo assim, sem chegar a grandes resultados. O Cônego Trindade relata que, de 1806 a 1811, ainda havia seminaristas, mas logo esses escassearam, conservando-se o seminário aberto apenas para os ordenandos que ali vinham fazer os exercícios espirituais<sup>37</sup>. Relata, ainda, que em 1816 o Seminário estava fechado e a Câmara de Mariana solicitava então a D. João VI o estabelecimento de um Colégio de Artes e Disciplinas Eclesiásticas.

Entretanto, o número de **ordenandos** que passou pelo Seminário no período abrangido por esta pesquisa não foi insignificante. A maioria coincide com os primeiros anos de sua instalação, o que não poderia ser diferente, já que nos últimos períodos da baliza cronológica do presente trabalho, equipara-se com a época em que o mesmo foi freqüentado apenas por alguns seminaristas e depois fechado.

Os seminários fundados com o objetivo de formar o clero secular, contribuíram não só para elevar o nível da cultura religiosa no Brasil, mas também para formar sacerdotes, além de padres-mestres e capelães que transmitiram o seu espírito e a sua cultura àqueles que, depois da expulsão dos jesuítas, se tornaram os principais responsáveis pela educação dos jovens brasileiros.

---

(37) Trindade, R. - **Breve...**, p. 31.